A Europa precisa de uma nova consulta popular



Por Emir Sader, na Carta Maior

O projeto de unificação europeia começou nos anos 50 do século passado, ainda sob o impacto das duas guerras mundiais. Se trataria, antes de tudo, de criar uma comunidade de nações, com destinos comuns, que evitasse que conflitos entre elas levasse a novas guerras mundiais.

Posteriormente, conforme seu desenho foi se concretizando, a emergente hegemonia neoliberal no mundo, já nos anos 80, fez com que a unificação ganhasse novos contornos.

Por um lado, a criação de um mercado comum, que disputasse com os EUA e outros mercados, em escala mundial.

Mas logo se viu que não era somente a economia que preponderaria, a dimensão financeira foi ganhando preeminência. Basta dizer que a consulta feita em todos os países não foi sobre se estavam de acordo com a unificação europeia, mas se queriam ter moeda única – o euro. Essa seria o condutor da unificação, a moeda única. A instância mais importante da unificação europeia é o Banco Central Europeu e não o Parlamento Europeu, que nem sequer é protagonista durante a prolongada crise atual.

Assim que começou a valer, apesar do debilitamento do dólar, o euro já demonstrou que não teria força para competir com a moeda norteamericana. Iniciada a crise economica atual, em 2008, os efeitos iniciais positivos da unificação se desfizeram rapidamente e se reverteram para se constituir numa armadilha, especialmente para os países mais fragilizados pela crise.

Espanha, Portugal e Grécia tinham se valido de benefícios significativos da unificação, na sua qualidade de países menos desenvolvidos. A modernização econômica dos países foi evidente. Mas acumularam problemas, especialmente seus sistemas bancários e suas dívidas públicas, que acabaram explodindo na crise iniciada em 2008.

Se saltamos para a situação atual, está claro que o predomínio das políticas de austeridade, comandadas pela Alemanha através do Banco Central Europeu e do FMI, está asfixiando os países do Sul. Mas todos os governos que aplicam a austeridade (chamada de austericídio) perdem as eleições. Perdem na França, na

Espanha, em Portugal, agora na Italia.

Está claro que a forma que assumiu a unificação europeia perdeu legitimidade, é questionada em todos os países. Em todas as pesquisas feitas atualmente, a maioria tem opinião negativa da unificação europeia. Mas, ao mesmo tempo, não há forma razoável de um país sozinho sair do processo de unificação, como se cogitou sobre a Grécia. Seria marginalizado, adotaria uma moeda muito frágil, seria punido duramente pelo Banco Central Europeu, para evitar o "mau exemplo".

As eleições alemãs deste ano pode levar à reeleição de Angel Merkel, mas também pode dar a vitória à social democracia e mudar uma peça chave na política europeia.

Mas independentemente dessa variável, se houvesse uma mínima sensibilidade e consciência democrática nos dirigentes políticos europeus, teria que convocar uma nova consulta popular sobre a unidade europeia: se os países a querem ainda e sob que forma.

Não é o que prima hoje na Europa, onde os governantes se pelam de medo de eleições e de consulta popular, porque perdem todas. Basta ver que na Italia, o queridinho do BCE, do FMI e de Angela Merkel, Mario Monti, depois de governar por mais de um ano, conforme eles desejavam, chegou em quarto lugar, com 10% dos votos, enquanto os tres primeiros, que condenavam, cada um à sua maneira, as politicas de austeridade, somaram 85%.

Mas não ha saída para a Europa que não seja uma reformulação das condições da sua unificação, imprimindo-lhe um caráter politico e não estritamente econômico e financeiro. Só assim poderia sair da armadilha em que se meteu e que está levando ao fim da maior construção histórica que o continente já havia logrado – o Estado de bem estar social -, que durante três décadas propiciou pleno emprego, melhoria social constante da vida das pessoas e estabilidade politica.

Do contrário, sob o controle de ferro da Alemanha, a Europa, além de pelo menos uma década perdida de recessão, dará passos largos para sua decadência, perda de legitimidade dos seus governos e perda de importância em escala mundial.

Compartilhe nas redes: